

ESTATUTO DA TERRA

Comentado e Explicado

CLAUDINEI ANTONIO POLETTI

Advogado
Graduado pela UPF
Universidade de Passo Fundo/RS

ESTATUTO DA TERRA

Comentado e Explicado

**1ª EDIÇÃO
2025**



Rumo Jurídico
editora e distribuidora

© by Claudinei Antonio Poletti
© by Rumo Jurídico Editora e Distribuidora de Livros

Supervisão:
Gilberto Yochiro Mizuno

FICHA CATALOGráfICA

POLETTI, Claudinei Antonio
Estatuto da Terra - 1ª edição / Claudinei Antonio Poletti - Leme, SP: Rumo Jurídico Editora, 2025.

ISBN: 978-65-83723-14-7

1. Estatuto da Terra - Brasil I. Título.

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Estatuto da Terra - Brasil. I. Título.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por
qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por processo reprográfico,
sem permissão expressa do Editor
(Lei nº 9.610, de 19/02/1998).

Direitos desta edição reservados à:

Rumo Jurídico Editora e Distribuidora de Livros
Rua Mário Zini, nº 890 - Cidade Jardim
Cep: 13614230 – Leme-SP - Tel.: (19) 3573-0799
www.editorarumojuridico.com.br
e-mail: atendimento@editorarumojuridico.com.br

Impressão no Brasil
Printed in Brazil

Introdução

A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, dispõe sobre a reforma agrária e a política agrícola no Brasil, estabelecendo direitos e obrigações relacionados aos bens imóveis rurais. O estatuto visa promover a justiça social e aumentar a produtividade no campo, buscando uma melhor distribuição da terra e modificações no regime de posse e uso.

Principais pontos da Lei nº 4.504/64:

Definição de Reforma Agrária:

A lei define reforma agrária como um conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, visando atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

Função Social da Propriedade:

A propriedade privada da terra possui uma função social, e seu uso deve ser condicionado ao bem-estar coletivo.

Instrumentos de Reforma Agrária:

A lei estabelece instrumentos e diretrizes para a formulação e execução da política agrícola e da reforma agrária, incluindo planos nacionais e regionais de reforma agrária.

Desapropriação por Interesse Social:

Imóveis rurais que não cumprirem sua função social podem ser desapropriados por interesse social, para fins de reforma agrária.

Cadastramento de Imóveis Rurais:

A lei prevê o cadastramento de imóveis rurais para fins de classificação, identificação e organização, com a emissão de certificados aos proprietários.

A Lei do Estatuto da Terra é considerada um marco no direito agrário brasileiro, estabelecendo as bases para as políticas de reforma agrária e uso da terra no país

Sumário

TÍTULO I

Disposições Preliminares..... 11

CAPÍTULO I - (Vide Decreto nº 55.891, de 1965) Princípios e Definições 11

CAPÍTULO II - Dos Acordos e Convênios..... 28

CAPÍTULO III - Das Terras Públicas e Particulares..... 38

SEÇÃO I - Das Terras Públicas38

SEÇÃO II - Das Terras Particulares.....46

TÍTULO II

Da Reforma Agrária.....55

CAPÍTULO I - Dos Objetivos e dos Meios de Acesso à Propriedade Rural..... 55

CAPÍTULO II - Da Distribuição de Terras 79

CAPÍTULO III - Do Financiamento da Reforma Agrária.....87

SEÇÃO I - Do Fundo Nacional de Reforma Agrária87

SEÇÃO II - Do Patrimônio do Órgão de Reforma Agrária.....98

CAPÍTULO IV - Da Execução e da Administração da Reforma Agrária..... 100

SEÇÃO I - Dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária 100

SEÇÃO II - Dos Órgãos Específicos..... 108

SEÇÃO III - (Vide Decreto nº 55.891, de 1965) Do Zoneamento e dos Cadastros..... 113

TÍTULO III

Da Política de Desenvolvimento Rural	133
CAPÍTULO I - (Regulamento) Da Tributação da Terra.....	133
SEÇÃO I - <i>Critérios Básicos</i>	133
SEÇÃO II - <i>Do Imposto Territorial Rural</i>	134
SEÇÃO III - <i>Do Rendimento da Exploração Agrícola e Pastoril e das Indústrias Extrativas, Vegetal e Animal</i>	161
CAPÍTULO II - Da Colonização.....	176
SEÇÃO I - <i>Da Colonização Oficial</i>	176
SEÇÃO II - <i>Da Colonização Particular.....</i>	185
SEÇÃO III - <i>Da Organização da Colonização</i>	194
CAPÍTULO III - Da Assistência e Proteção à Economia Rural.....	225
SEÇÃO I - <i>Da Assistência Técnica</i>	236
SEÇÃO II - <i>Da Produção e Distribuição de Sementes e Mudas.....</i>	242
SEÇÃO III - <i>Da Criação, Venda, Distribuição de Reprodutores e Uso da Inseminação Artificial</i>	244
SEÇÃO IV - <i>Da Mecanização Agrícola.....</i>	246
SEÇÃO V - <i>Do Cooperativismo.....</i>	249
SEÇÃO VI - <i>Da Assistência Financeira e Creditícia.....</i>	260
SEÇÃO VII - <i>Da Assistência à Comercialização</i>	263
SEÇÃO VIII - <i>Da Industrialização e Beneficiamento dos Produtos Agrícolas.....</i>	270
SEÇÃO IX - <i>Da Eletrificação Rural e Obras de Infraestrutura.....</i>	271
SEÇÃO X - <i>Do Seguro Agrícola</i>	274
CAPÍTULO IV - Do Uso ou da Posse Temporária da Terra.....	276
SEÇÃO I - <i>(Vide Decreto nº 59.566, de 1966) Das Normas Gerais.....</i>	276
SEÇÃO II - <i>(Vide Decreto nº 59.566, de 1966) Do Arrendamento Rural.....</i>	292

*SEÇÃO III - (Vide Decreto nº 59.566, de 1966) Da Parceria Agrícola,
Pecuária, Agro-Industrial e Extrativa299*

SEÇÃO IV - Dos Ocupantes de Terras Públicas Federais310

TÍTULO IV

Das Disposições Gerais e Transitórias 319

Referências371

TÍTULO I

Disposições Preliminares

CAPÍTULO I

(VIDE DECRETO Nº 55.891, DE 1965)

PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) regula os direitos e obrigações relacionados aos imóveis rurais, com o objetivo de executar a Reforma Agrária e promover a Política Agrícola. Essa lei estabelece normas para a utilização da terra, buscando garantir sua função social e o acesso do trabalhador rural aos benefícios da produção.

O Estatuto da Terra estabelece princípios e diretrizes para a Reforma Agrária, incluindo a definição de áreas prioritárias, a criação de órgãos responsáveis pela execução e administração, e a determinação de objetivos para os planos regionais de reforma agrária. A lei também aborda a função social da propriedade rural, estabelecendo que a terra deve ser utilizada de forma a promover a justa remuneração do trabalhador, o aumento da produtividade e o bem-estar coletivo.

Além disso, o Estatuto da Terra prevê a possibilidade de desapropriação de imóveis rurais que não cumprirem sua função social, para fins de Reforma Agrária. No entanto, existe um projeto de lei em tramitação que visa proibir a desapropriação de terras produtivas para esse fim.

O Estatuto da Terra é um instrumento importante para a política agrícola do país, buscando equilibrar o direito à propriedade com a necessidade de garantir o acesso à terra e promover o desenvolvimento rural sustentável.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

A Reforma Agrária visa à redistribuição da terra através de mudanças na posse e uso, com o objetivo de promover justiça social e aumentar a produtividade agrícola.

Explicando

A Reforma Agrária, conforme estabelecido na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra), é um conjunto de medidas políticas que visam modificar a estrutura fundiária de um país ou região. O foco principal é a redistribuição da terra, buscando uma distribuição mais justa e equitativa entre a população.

Essa redistribuição é realizada através de alterações no regime de posse e uso da terra, o que pode incluir a desapropriação de terras improdutivas ou mal utilizadas, a regularização fundiária de áreas ocupadas por pequenos agricultores e a criação de assentamentos rurais.